






POLÍCIA FEDERAL






LICIT. PROJETO BÁSICO Nº 22921016/2022-CPL/SELOG/SR/PF/PE



Processo nº 08400.001254/2022-68

1. DO OBJETO

1. Aquisição de ferramentas para as atividades de manutenção no Centro de Treinamento da Polícia Federal em Pernambuco, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	QUANT.	UNL. DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
01	2	Und	<p>Roçadeira profissional costal com lâmina, motor dois tempos, à gasolina, depósito de gasolina mínimo 0,5 lts, cilindrada mínima 35,2 cm³, com potência de 1,7/2.3 kW/CV, rotação lenta até 2800 rpm, rotação máxima até 12500 rpm, peso máximo 10,7 kg. Cabo multifuncional, cinto de suporte, sistema antivibratório. Incluindo dispositivos de segurança: protetor de discos, silenciador anti chamas, acelerador tipo gatilho, botão para desligar e óculos de proteção. Produto novo. Com assistência técnica autorizada em Recife-PE. A empresa deverá indicar os locais de assistência técnica. Modelo de Referência: Stihl Costal FR220.</p> 	R\$ 4.104,97	R\$ 8.209,94
02	2	Und	<p>Aspirador e Soprador de folhas, com alto poder de sopro e aspiração, Ideal para a limpeza de ambientes abertos e grandes áreas, baixa emissão de gases. Volume de ar mín (m³/h): 710. Peso máx. (kg): 5.5. Potência (kW/cv): 0.7/1.0. Velocidade máx. do ar (m/s): 64. Nível de potência sonora dB(A): 105. Valor de vibração, direito m/s² 2): 7.5. Valor de vibração, esquerdo m/s² 2): 8.5. Fluxo máximo de ar m³/h: 730. Volume do saco de coleta (l): 45. Vazão máx. de ar (m³/h): 710. Modelo de Referência: Stihl SH 56</p> 	R\$ 2.185,58	R\$ 4.371,16
03	1	Und	<p>Máquina Inversora de solda. Tensão de Alimentação: 1Ø – 220V (+/-10%); Frequência: 50/60 Hz; Tensão em Vazio: 83 V; Faixa de Corrente: 10 – 200 A; Ciclo de Trabalho Eletrodos (SMAW); 200 A / 28V @ 40%; 126 A / 25V @ 100%; Ciclo de Trabalho TIG (GTAW); 200 A / 18V @ 40%; 126 A / 15V @ 100%; Gerador recomendado: 10 kVA; Disjuntor recomendado: 50ª; Classe de proteção: IP21S; Dimensões (L x C x A): 155 x 440 x 325 mm; Peso: 8,9 kg; Norma Global: IEC 60.974-1. Garantia: 1 ano. Modelo de Referência: ESAB-742528</p> 	R\$ 2.870,73	R\$ 2.870,73
04	1	Und	<p>Furadeira de Impacto Com Maleta 1/2 Polegadas 220V 700W. Dimensões compactas para fácil trabalho e manuseio; Alta potência de 700 watts; Alta capacidade de perfuração 16 mm em concreto; Sistema de perfuração com ou sem impacto; Empunhadura com Soft Grip para maior conforto e ergonomia; Comutador de Aplicação: Serviços Industriais e Profissionais; Potência: 700W; Mandril: (polegada); Velocidade: rpm 0 a 3000; Capacidade de furos:; Concreto 16mm; Aço 13mm; Madeira 30mm.</p>	R\$ 797,09	R\$ 797,09

					
05	1	Und	<p>Martelete Perfurador com maleta; Velocidade de Impacto (ipm): 0 – 4.000; Potência (W)800W; Tensão/Voltagem-110V - 220V; Velocidade de rotação s/ carga (rpm)0 – 900 r.p.m.; Alimentação Eletricidade; Força de Impacto (joule)3 J; Capacidade de Perfuração Concreto: 4 – 26 mm / Metal: 13 mm / Madeira: 30 mm; Comprimento do fio (m)1,5 metros; Modelo de Referência: Martelo Perfurador Rompedor Bosch GBH 2-26 DRE 800W 2,7J EPTA 220V Maleta plástica.</p> 	R\$ 1.017,16	R\$ 1.017,16
06	1	Und	<p>Furadeira/ parafusadeira de impacto. Acompanha: 2 baterias 12V 1.5 Ah; Carregador bivolt; Bit; Maleta; Especificações Técnicas: Capacidades de perfuração: - Aço: 10mm; Madeira: 21mm; Alvenaria: 8mm. Rotações por minuto: Alta: 0 - 1.700, Baixa: 0 – 450. Impactos por minuto: Alta: 0 - 25.500 Baixa: 0 - 6.750. Torque: Junta rígida: 30 N.m. Junta flexível: 14 N.m. Dimensões (C x L x A): 193 x 66 x 212mm. Peso: 1.1kg. Bateria: 12V. Emissão de vibrações: 13 m/s². Incerteza K: 1.5 m/s². Modelo de Referência: Furadeira/ parafusadeira de impacto 12V HP333DWYE/Makita.</p> 	R\$ 680,14	R\$ 680,14
07	1	Und	<p>Esmerilhadeira 9" 2200W 220V. Potência: 2.200w ; N° De Rotações (sem Carga): 6.500rpm; Eixo: M14; Do Disco: 230mm ; Do Disco: 9"; Peso: 5kg; Itens Inclusos: Empunhadura Auxiliar; Capa De Proteção; Chave De Pino ; Arruela De Apoio ; Porca De Aperto. Modelo de Referência: Esmerilhadeira 9" 2200W 220V GWS2200-230 – Bosch.</p> 	R\$ 829,41	R\$ 829,41
08	1	Und	<p>Macaco tipo jacaré com capacidade para 2 toneladas. Comprimento: 1260 mm. Largura: 360 mm. Altura: 1100 mm. Capacidade: 2 toneladas. Peso: 42 kg. Altura total com o puxador: 1100mm. Elevação (min/máx): 140 mm / 585 mm. Rodas de ferro: 2 fixas RM-50 e 2 giratórias RM-51.</p> 	R\$ 1.242,14	R\$ 1.242,14
09	1	Und	<p>Compressor de Ar 10 Pés 100L 2HP 140PSI Monofásico. Tensão: 220V – Monofásico; Deslocamento teórico: 10pcm – 283l/min; Pressão de operação máxima: 140lbf/pol² - 9,7bar; Pressão de operação mínima: 100lbf/pol² - 6,9bar; Unidade compressora – n° de estágios:1; Unidade compressora – n° de pistões: 2-V; Potência do motor: 2HP – 1,35kW; Número do polos: 2; Volume de reservatório: 100L. Garantia: 1 ano. Modelo de Referência: Compressor de Ar 10 Pés 100L 2HP 140PSI Monofásico - SCHULZ-PROCSV10/100.</p>	R\$ 2.464,61	R\$ 2.464,61

					
10	2	Und	<p>Jogo de Ferramenta composto por 110 peças fabricadas com material resistente que proporciona durabilidade e eficiência. Maleta completa com soquetes, chaves de catraca, chaves combinadas, vários bits dentre muitas outras peças, ideal para quem precisa de variedade e versatilidade. Acompanha: 1 Extensão de 5 Pol. com Encaixe de 1/2 Pol; 1 Extensão de 2 Pol. com Encaixe de 1/4 Pol; 1 Extensão de 4 Pol. com Encaixe de 1/4 Pol; 1 Extensão Flexível 6 Pol. 1/4 Pol. (m) x 1/4 Pol. (f); 1 Cabo T de 10 Pol; 1 Junta Universal com Encaixe de 1/2 Pol; 1 Junta Universal com Encaixe De 1/4 Pol; 11 Chaves Combinadas em cr-v, tamanhos: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19mm; 4 Suportes para Bits; 1 Adaptador para Bits com Cabo e Catraca Encaixe de 1/4 Pol; 40 Bits com Encaixe de 1/4 Pol.: 7 Bits Fenda: 2pc 3.5, 2pc 4.0, 5.5, 6.5, 8mm; 3 Bits Quadradas: S1, S2, S3; 8 Bits Fenda Cruzada: 2x PH0 / 2x PH1 / 2x PH2 / 2x PH3mm; 2 Adaptadores; 7 Bits Torx: T10, T15, T20, T25, T27, T30, T40; 3 Bits Pozidriv: PZ1, PZ2, PZ3; 4 Bits Tri-wing: 1, 2, 3, 4; 6 Bits Hexagonais: 2, 3, 4, 5, 6, 7mm; 2 Chaves de Fenda: 5 x 75mm, 6 x 100mm; 2 Chaves de Fenda Hexagonais: PH1 75mm, PH2 100mm; 1 Suporte Manopla para Bits; 1 Alicate de Corte Diagonal 6 Pol.; 1 Alicate de Bico Meia-cana 8 Pol.; 1 Alicate Bomba D'Água 10 Pol.; 1 Catraca Reversível de 10 Pol. com Encaixe de 1/2 Pol.; 1 Catraca Reversível de 6 Pol. com Encaixe de 1/4 Pol.; 2 Soquetes de Vela com Encaixe de 1/2 Pol: 16 e 21mm; 15 Soquetes com Encaixe de 1/2 Pol.: 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27mm; 11 Soquetes com Encaixe de 1/4 Pol.: 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14mm; 8 Chaves Hexagonais: 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 5, 5.5, 6mm; 1 Suporte para Chaves Hexagonais; 1 Maleta com Berços e Identificação de Medidas. Garantia: 3 Meses. Modelo de Referência: Ferramentas Profissionais 110 Peças LITH-LT2050.</p> 	R\$ 478,86	R\$ 957,72
<div> <div>VALOR TOTAL (R\$)</div> <div>17.424,62</div> </div>					

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2. A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DA AQUISIÇÃO

3. A aquisição não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados do encaminhamento do empenho, em remessa única, no seguinte endereço:
Superintendência de Polícia Federal no Estado em Pernambuco - Centro de Treinamento/Depósito (DNIT) - BR-101, S/N - Km 69,8 - Curado, Recife - PE, CEP: 51240-340.
- No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.
- Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, conforme disposição do inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, conforme disposição do § 1º do inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133/2021
- Os bens serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme disposição do inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, conforme disposição do § 1º do inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta;
5. Exercer o acompanhamento da entrega, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega, fixando prazo para a sua correção;
5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço e/ou da aquisição, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN ° SEGES/MP nº 5/2017;
5. Fornecer por escrito as informações necessárias para recebimento do objeto do contrato;
5. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. Executar a entrega conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento;
6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, as entregas efetuadas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos nas entregas a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação da entrega;
6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da entrega e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.
8. A verificação da adequação da entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DO PAGAMENTO

9. O pagamento será realizado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
9. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

10. Considerando o valor da contratação, bem como se aplicando o disposto no art. 95 “caput” e inc. I da Lei nº 14.133/2021, a critério da administração será dispensado o instrumento de contrato, ficando esse substituído por Nota de Empenho ou equivalente..

- 11.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 11.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida;
- 11.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 11.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses e as formas de extinção dos contratos são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. dar causa à inexecução total do contrato;
4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
5. não manter proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

11. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando o licitante ou o contratado der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - Multa de:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- g) de acordo com o § 3º do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

1. De acordo com o § 3º do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - Impedimento de licitar e contratar em caso de infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3(três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em caso de infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item acima, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11. As sanções previstas nos subitens "I", "III" e "IV" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 1 e 2:

Tabela 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionário ou encarregado do serviço durante o expediente, sem anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e	01

	por dia;	
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações a CONTRATADA.	01

11.5. Também ficam sujeitas à penalidade do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

- a) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- b) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.20. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.21. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.22. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.23. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

ANDRÉ OLIVEIRA DE SOBRAL

Papiloscopista Policial Federal
Chefe NUMAT/SELOG/SR/PF/PE

MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS

Agente de Polícia Federal
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

DESPACHO:

O Centro de Treinamento é um local estratégico para a capacitação e treinamento operacional dos policiais federais, onde inúmeras instruções são desenvolvidas em prol do aperfeiçoamento das técnicas policiais. Os equipamentos a serem adquiridos são necessários para a manutenção e conservação do Centro de Treinamento da Polícia Federal. Neste Centro, além de servir como local estratégico para as instruções policiais, também abriga alguns setores do apoio administrativo, tais como: Núcleo de Trânsito, Canil, Coordenação da Manutenção, etc. Com frequência, é preciso realizar a varrição das folhagens, a poda das árvores, a capinação da vegetação, que, principalmente durante o período chuvoso, cresce em velocidade acelerada. Ademais, outros serviços de conservação das estruturas também são necessários, tais como: reparos de estruturas metálicas, alvenaria, etc. Diante disso, **APROVO** o presente Projeto Básico e **JUSTIFICO** a necessidade dos equipamentos para atender às necessidades da Superintendência de Polícia Federal em Pernambuco.

DANIEL GRANGEIRO DE SOUZA

Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional em Pernambuco



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS, Pregoeiro(a)**, em 18/04/2022, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22921016** e o código CRC **0278E882**.